

Guerra Psicológica: o conceito no jornal *Ultima Hora* (1961-1963)

Renan Ramos Chaves¹
Mariana Dias Antonio²
Dennison de Oliveira³

Resumo

O conceito de guerra psicológica surge no ordenamento jurídico brasileiro na segunda metade da década de 1960, nas Leis de Segurança Nacional. O conhecimento de como se compreendia o conceito em momentos anteriores permanece nebuloso, mas algumas formas de entendimento podem ser encontradas na imprensa. Empreendemos uma pesquisa empírica a partir de 74 matérias do jornal *Ultima Hora*, publicadas entre 1961 e 1963, para compreender o que o jornal definia como guerra psicológica ao público leitor e se as ações de indivíduos e instituições envolvidos na derrubada do presidente João Goulart (1961-1964) eram entendidas como tal. A análise revela um conceito concordante com a literatura especializada, mas contrastante com a associação recorrente ao movimento comunista internacional e referindo-se aos opositores de Goulart. Cientes do posicionamento político do jornal, explicitamos as cargas axiológicas e teleológicas na construção semântica do conceito e analisamos sua convergência com a tese de René Armand Dreifuss.

Palavras-chave: Guerra psicológica. *Ultima Hora*. Jornalismo.

1 Servidor técnico-administrativo da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Engenharia do Câmpus de São João da Boa Vista. Pós-graduado (lato sensu) em Sociologia e Ensino de Sociologia e em Administração Pública. E-mail: r.amoschaves@gmail.com

2 Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mariana.diasant@gmail.com

3 Professor Titular de História Contemporânea e do Brasil no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: dennisondeoliveira@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I. A guerra psicológica no ordenamento jurídico brasileiro

No ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de guerra psicológica surge na década de 1960 com as Leis de Segurança Nacional (LSN). A guerra psicológica adversa é definida no Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, como

[...] o emprêgo [sic] da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

A definição se mantém inalterada nas atualizações posteriores da LSN, como o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, e a Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, vindo a desaparecer apenas na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, ainda vigente. Diante da perenidade do conceito, o argumento de vaguidade deliberada para perseguir opositores políticos (ALVES, 1985; VILLA, 2014) perde força sem necessariamente se invalidar. Podemos considerar a guerra psicológica como um tipo penal aberto e com grande potencial para incriminação em âmbito prévio, mas é inegável que o conceito traz um histórico de tentativas de formulação sempre se referindo aos inimigos da nação e Estado Nacional brasileiro.

Na década de 1950, a Escola Superior de Guerra (ESG) definiu, de maneira simplificada, a guerra como uma “[...] luta entre duas vontades” (FOLCH, Sady *apud* ARRUDA, 1983, p. 243). Na mesma década, a guerra psicológica era compreendida como “[...] o uso da propaganda contra um determinado inimigo, juntamente com outras medidas de natureza militar, política ou econômica, necessárias para suplementar a propaganda” (ARARIGBOIA, Armando *apud* ARRUDA, 1983, p. 248). O conceito passou por reformulações e subdivisões na década seguinte, vindo a se cristalizar na LSN conforme apresentado. Essa gênese atrelada ao próprio conceito de segurança nacional também é digna de nota. Pedroso (2005) observa que a Constituição de 1967 deu sequência a algumas questões já contempladas desde a Constituição de 1937, mas seu art. 89 responsabilizava toda pessoa natural ou jurídica pela segurança nacional nos limites

estabelecidos em lei. Em oposição às constituições de 1937 e 1946, a de 1967 trazia uma seção apenas para a segurança nacional e outra apenas para as Forças Armadas (FFAA). O conceito de segurança nacional foi delineado no Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, como “[...] a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos” (BRASIL, 1967).

Carlos Medeiros, então Ministro da Justiça e autor do projeto da LSN, esclareceu ao *Correio da Manhã* (1967) que o dispositivo se baseava em “[...] conceitos da Escola Superior de Guerra, desenvolvidos nos últimos vinte anos, que englobam a segurança externa e a segurança interna num mesmo contexto, ao definir a segurança nacional”. A proposta deriva de leituras da ordem geopolítica global à época, marcada pela Guerra Fria e consequentes expectativas de uma guerra total ou de guerras subversivas localizadas. Embora a Guerra Fria não representasse uma ameaça direta ao Brasil enquanto a liderança ocidental repousasse nos Estados Unidos, a ideia de segurança nacional visaria ao desenvolvimento do potencial nacional em benefício do ocidente (OLIVEIRA, 1976).

Arruda (1983) situa no início da década de 1950 a adoção do conceito de segurança sobre o de defesa, por ser mais amplo e não se restringir ao aspecto puramente militar, reativo, e às formas convencionais de guerra. Numa conferência de 1954, proferida pelo general Juarez Távora, a segurança nacional foi conceituada como:

[...] o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais (inclusive atividades técnico-científicas) e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, a despeito dos Antagonismos existentes (TÁVORA, Juarez *apud* ARRUDA, 1983, p. 7).

O conceito permaneceu nos manuais da ESG até a década de 1980. A atenção às ações psicossociais e à garantia e à salvaguarda de determinados objetivos nos apresenta um cenário fértil para a gestação de um conceito impreciso de guerra psicológica, associado a riscos. Ademais, não parece coincidência que o conceito se cristalice exatamente ao longo da década de 1960. Conforme Chirio (2012), em julho de 1961 o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) pede definições oficiais de guerra insurrecional,

guerra revolucionária, subversão, ação psicológica, guerra psicológica e guerra fria. A historiadora atenta que a renúncia de Jânio Quadros em agosto daquele ano acelera a mobilização militar em torno do doutrinamento interno e externo, buscando a maior amplitude e circulação possíveis para conteúdos calcados na teoria francesa da guerra revolucionária.

Martins Filho (2008) ressalta que a doutrina francesa aliava política, ideologia, operações bélicas, controle das informações e adentrava no campo das relações civis-militares. Essa doutrina também permitia uma definição flexível e funcional do inimigo.

Nesse quadro, o inimigo era definido de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações nacionais. A idéia [*sic*] geral era de que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, em que as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, assim como – na expressão de um analista – as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo anti Ocidente e comunismo. Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente tanto para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições. (MARTINS FILHO, 2008, p. 42).

A doutrina francesa extraía seu nome do fenômeno que buscava combater, definindo a guerra revolucionária como a soma de guerrilha organizada e guerra psicológica. A aliança de campos civis e militares e das operações bélicas e não bélicas resulta num enquadramento da guerra psicológica como subfenômeno de algo mais amplo que deveria ser combatido. Essa questão explica a coexistência dos termos guerra psicológica e guerra revolucionária ao longo da história da ESG e das LSN, que categorizam a segunda como “[...] conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle [*sic*] progressivo da Nação”. Martins Filho (2008) também comenta uma espécie de efeito de espelho pelo qual as FFAA instrumentalizavam as mesmas técnicas que buscavam combater, aliando-se aos setores civis e canalizando-as sob a forma de operações oficiais e clandestinas contra um inimigo comum, o comunismo.

Nota-se que os conceitos de guerra psicológica, guerra revolucionária e segurança nacional são de difícil dissociação, haja vista sua concorrência

nas LSN e nos seminários da ESG desde o início da década de 1950. Ao abordar a criação da ESG, Oliveira (1976) destaca, entre os papéis da instituição, a especialização nos estudos de segurança nacional, guerra revolucionária e difusão ideológica entre civis e militares visando à preparação de uma elite capaz de tutelar a nação conforme o pensamento autoritário de nomes como Alberto Torres e Oliveira Vianna. A Guerra da Coreia teria levado os oficiais brasileiros a internalizarem um conceito dual de segurança nacional com um inimigo externo (conflito entre blocos ocidental e oriental) e outro interno (comunismo infiltrado), cujo combate deveria ser operado pela contenção da expansão comunista. Os eventos globais resultam num conceito híbrido com influências norte-americanas, francesas e nacionais diferencialmente priorizadas entre trabalhos que abordam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (ALVES, 1985; CHIRIO, 2012; MARTINS FILHO, 2008; NAPOLITANO, 2014; OLIVEIRA, 1976).

2. Publicações sobre guerra psicológica no Brasil

Se nos ativermos aos livros publicados entre 1960 e 1965, observaremos que o Exército Brasileiro traduz e publica *Psychological Warfare*, de Paul Linebarger em 1962, e Antonio Pôrto Sobrinho publica *A Guerra Psicológica no Brasil* em 1965. Na França, e com certa publicidade no Brasil, Maurice Mégret publica *La Guerre Psychologique* em 1960. Não tivemos acesso à obra de Mégret, e tal dificuldade restringe nossa breve análise do conceito nos livros que foram disponibilizados em português.

Psychological Warfare foi publicado em 1948, pouco antes da ESG ser viabilizada. Sua segunda edição foi publicada em meados dos anos 1950 com mudanças significativas na segunda metade do livro. A tradução para o português no início da década seguinte reinsere a obra num contexto distinto que poderia levar a formas específicas de leitura que alterassem sua interpretação. Atento a essa particularidade, o militar e cientista político recomenda aos leitores no prefácio à edição brasileira:

Neste livro, o leitor encontrará provas evidentes de que êle [sic] foi escrito originalmente para o público norte-americano. O autor roga aos leitores brasileiros que não acreditem em uma única frase deste livro antes de a terem ponderado e de se terem feito esta importante pergunta: "Será isto verdade também para nós?". (LINEBARGER, 1962, p. 22).

Linebarger (1962) trata a guerra psicológica como um processo contínuo e de difícil enquadramento nas categorias convencionais de guerra. Sua imprecisão quanto ao planejamento, direcionamento e técnicas envolvidas levam o autor a propor uma abordagem histórica com exemplos concretos do que ele busca apresentar entremeadas de paralelos desde a história antiga até questões contemporâneas, como as propagandas nazista e comunista. Após um breve ensaio histórico, o autor apresenta uma definição operacional:

Guerra psicológica, no sentido lato, consiste na aplicação, à conduta da guerra, da ciência denominada Psicologia; em sentido restrito, ela compreende o emprêgo [*sic*] da propaganda contra um inimigo, conjuntamente com as medidas militares operacionais suscetíveis de suplementarem a propaganda. A propaganda pode ser descrita, por sua vez, como a persuasão organizada por meios não violentos. A guerra pròpriamente [*sic*] dita pode ser encarada como sendo, entre outras coisas, uma forma violenta de persuasão. (LINEBARGER, 1962, p. 69).

A definição parece amparar aquela das LSN. O autor prossegue que o pleno entendimento da guerra psicológica só se dá em relação à guerra propriamente dita, formalmente definida como “aplicação recíproca de violência por organizações públicas armadas” (LINEBARGER, 1962, p. 75). Essa aplicação da violência visa, em última instância, a persuadir os indivíduos; e se um indivíduo não pode ser persuadido, ele deve ser eliminado ou neutralizado de forma puramente física. A hipótese é justificada com a clássica citação de Carl von Clausewitz, de que a guerra seria a continuação da política por outros meios. No âmbito da ESG, a conferência do Coronel Sady Folch em 1951 já situava o fenômeno como “[...] um ato de violência com o objetivo de forçar o adversário a executar a nossa vontade” (FOLCH, Sady *apud* ARRUDA, 1983, p. 243).

Apesar de trazer sucintas definições, Linebarger (1962) pontua que há várias formas possíveis de apresentar a guerra psicológica ou a propaganda, variando conforme o contexto de apresentação, conforme as responsabilidades das autoridades envolvidas e conforme os resultados buscados pelos meios empregados. Dessa forma, as definições podem variar para um líder político, um soldado ou um fanático, que possivelmente teria duas definições distintas: uma para sua própria propaganda e outra para a de seus antagonistas. Ficam explícitas certas disputas sociais e políticas que resultam

na imprecisão e abertura semântica do conceito por questões teleológicas e axiológicas. Mantendo-se tais ruídos, o autor salienta que as guerras têm dois lados e sustenta que nas “[...] mãos de homens mesquinhos, com idéias [*sic*] perversas, a guerra psicológica pode ser a mais destruidora das armas; nas de grandes homens, dotados de humanidade sob a proteção de Deus, ela poderá tornar-se, entretanto, um poderoso e benfazejo instrumento” (LINEBARGER, 1962, p. 24).

O prefácio à edição brasileira foi escrito em 1957, e a aprovação da obra se deu em 1959. No passado próximo, tivemos as crises de 1954, esta que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, e a de 1955, com a tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitschek. Ambos os episódios envolveram ações coordenadas e difusas de grupos conservadores civis e setores das FFAA, usualmente com uso instrumental da imprensa (BENEVIDES, 1981; DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002). Pouco antes da publicação, tivemos também a crise da renúncia de Jânio Quadros, quando os ministros militares Odílio Denys, Sílvio Heck e Grün Moss tentaram barrar a sucessão legal pelo vice-presidente João Goulart. Paulo Markun e Duda Hamilton (2011, p. 260) atentam que, entre o fim de agosto e início de setembro de 1961, “[...] o Brasil esteve à beira de uma guerra civil com movimento de tropas para lá e para cá e muita preparação, mas as batalhas restringiram-se ao campo da propaganda e da contrainformação”. Ações de guerra psicológica propriamente dita, teriam se evidenciado, entre defensores e opositores de Goulart, respectivamente: a emissão de mensagens falsas em código para criar apreensão entre as guarnições militares alinhadas ao veto de sua posse; e censura, produção e difusão de notícias falsas e uso de grampos telefônicos pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT) e Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) visando à desestabilização de Goulart (MARKUN; HAMILTON, 2011).

Para além dessas crises políticas, a criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em 1959 e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) em 1962 também resulta no uso ostensivo e instrumental de propaganda e contrapropaganda política. O IBAD foi uma organização civil-militar, enfaticamente anticomunista e antirreformista, criada pelo norte-americano Ivan Hasslocher e financiada por empresários brasileiros e estrangeiros. O IPES foi fundado pelo General Golbery do Couto e Silva,

também exercendo grande influência na articulação antigovernista através de propaganda negativa. Coordenadamente, o IPES funcionava como centro estratégico e o IBAD como unidade tática, sendo ambas as instituições nodais para a desestabilização que viabilizou o golpe civil-militar de 1964, usando inclusive táticas de guerra psicológica (ALVES, 1985; DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014).

Situar tais instituições no contexto de tradução de *Psychological Warfare* é de suma importância se nos apoiarmos na tese de Dreifuss (1981). O IPES contava com Grupos de Levantamento de Conjuntura (GLC), Assessoria Parlamentar (GAP), Publicações e Editoriais (GPE), Estudos de Doutrina (GED), e Opinião Pública (GOP), sendo os três últimos responsáveis por campanhas articuladas de doutrinação para amplos setores sociais que envolviam palestras, conferências, debates, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas, livros, panfletos e periódicos, publicados, divulgados ou transmitidos por vários meios. As campanhas de doutrinação propagavam o risco iminente de destruição da nação, das instituições e da hierarquia pelo governo Goulart, pela esquerda e pelo trabalhismo. A democracia era entendida como uma ampla plataforma de defesa do capitalismo e de oposição a Goulart, ao populismo e à esquerda. Entre as pautas defendidas, estariam: a iniciativa privada, a produtividade, a aceitação do capital estrangeiro e a rejeição de medidas socializantes ou estatizantes.

Dreifuss (1981) explicita operações de guerra psicológica do IPES/IBAD via rádio, televisão, cartuns e filmes, mas sua obra também sinaliza que o Coronel Octávio Alves Velho fazia parte do GLC e do GPE, onde se encarregou de um programa de traduções. Octávio Alves Velho traduziu *Psychological Warfare*, de Linebarger, publicado pela Biblioteca do Exército, o que pode levar à suposição de eventuais intervenções sobre a própria tradução. Todavia, uma análise comparada nos apresenta um trabalho altamente técnico, tanto na tradução quanto nas notas do tradutor⁴, ainda que a simples escolha do objeto e do momento de publicação possam trazer consigo certas intencionalidades, seja como advertência ao público brasileiro ou como instrução sobre uma linha de ação específica.

Embora Linebarger trabalhe o conceito de guerra psicológica de maneira técnica, mesmo sem abrir mão de certas cargas teleológicas e

4 Por indispormos da segunda edição em inglês, nossa comparação da tradução se restringiu à primeira metade do livro. As notas do tradutor foram analisadas em sua totalidade.

axiológicas, o jornalista e político Antonio Pôrto Sobrinho segue uma via enfaticamente valorativa. Seu livro *A Guerra Psicológica no Brasil*, publicado no ano seguinte ao golpe civil-militar de 1964, traz o fenômeno como uma estratégia essencialmente comunista e traça uma continuidade entre os escritos de Clausewitz e Lênin, que teria resultado na chamada fórmula de Chapochnikov⁵, a qual considera que a paz seria a continuação da guerra por outros meios. Dessa forma, a política comunista se distinguiria da política democrática ao se orientar para um estado de guerra permanente entre classes (PÔRTO SOBRINHO, 1965).

Debruçando-se sobre certas definições do objeto nebuloso que compreende tanto a propaganda quanto a guerra psicológica, Pôrto Sobrinho (1965) se apropria de Maurice Mégret para apresentar três princípios da guerra psicológica soviética: o aparelhamento de grupos pacifistas para desviar o foco nacional dos riscos externos; a aceleração da ação pacifista para que esses grupos paulatinamente se infiltrem nos quadros de partidos burgueses; e a submissão da opinião pública através da inoculação sistemática de falsidades deliberadamente propagadas. O autor também se apropria das técnicas apontadas por Jean Marie-Domenach, segundo as quais as mensagens de propaganda ideológica são simplificadas e reduzidas a *slogans*; são focalizadas para a destruição de um inimigo único pré-definido; têm seus conteúdos ampliados e desfigurados para alcançar determinados fins; são orquestradas e repetidas com certo grau de variação; apoiam-se em alguns consensos do seu público, parasitando-os e instrumentalizando-os; e devem criar uma atmosfera de unanimidade para repelir ou silenciar dissidentes. A partir de apócrifos, Pôrto Sobrinho (1965) categoriza três formas de linguagem presentes na propaganda soviética: uma de acusação contra os inimigos; uma apologética para consigo e com os aliados; e uma justificatória e autoexaltatória que reenquadra os próprios crimes como atos heroicos para determinados fins.

Nesse livro apologético de um ocidente cristão e democrático sob o risco de sucumbir à ameaça comunista totalitária, Pôrto Sobrinho esboça uma macroestrutura semântica simplificada, dicotômica e maniqueísta sem apresentá-la sinteticamente. Todavia, o autor instrumentaliza técnicas,

5 Referência a Boris Mikhaylovich Shaposhnikov, comandante militar soviético, Chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho e Marechal da União Soviética.

princípios e formas de linguagem ali apresentadas e encerra seu livro exaltando o regime em que o país se encontrava.

E tudo o que a guerra psicológica soviética conquistara em dois anos de sucessos crescentes [alusão imprecisa à gestão de João Goulart] foi perdido em quarenta e oito horas, que foi o quanto durou a revolução democrática. E pela primeira vez na história o comunismo foi aliado, sem luta, do poder; êsse [sic] ineditismo é o traço de glória da revolução democrática brasileira, vinda, nos crepúsculos de março, das Alterosas. E o grande assalto falhou! (PÔRTO SOBRINHO, 1965, p. 139).

Conforme os apontamentos de Chirio (2012) e Martins Filho (2008), o livro deixa clara a tônica da guerra revolucionária francesa sobre a uma eventual doutrina norte-americana ampla de exercício do poder, explicitando o efeito de espelho. O livro reitera a guerra psicológica como uma ameaça comunista enquanto silencia sobre os métodos e as técnicas para influenciar a opinião pública que foram tão relevantes para o sucesso do Golpe de 1964. Pôrto Sobrinho (1965) elenca diversas empresas produtoras de bens culturais como veículos de propaganda comunista, como os periódicos *Novos Rumos*, *Hoje*, *Classe Operária*, *Panfleto*, *Leitura*, *Movimento* e *Última Hora*, além das editoras *Civilização Brasileira*, *Lux*, *Universitária* e *Fulgor*. Ao longo da década de 1960, a editora *Fulgor* lançou a coleção *Universidade do Povo*, composta por diversos panfletos que exaltavam movimentos revolucionários e destilavam antiamericanismo. O mesmo pode ser dito quanto à editora *Civilização Brasileira* e sua coleção *Cadernos do Povo* (VILLA, 2014). Como se nota, semelhante análise enquadraria também o livro de Pôrto Sobrinho como instrumento propagandístico. Se equiparmos o aparelhamento interinstitucional apresentado por Pôrto Sobrinho (1965) com aquele apresentado por Dreifuss (1981), temos dois descritivos opostos e complementares das articulações percebidas no embate ideológico: um por parte das bases aliadas a Goulart e outro por parte da oposição empenhada em desestabilizar e/ou derrubar seu governo através da opinião pública, que desenvolveremos conjuntamente ao tópico seguinte.

3. A guerra psicológica nas páginas do *Última Hora*

Embora os livros analisados nos permitam certa compreensão do conceito de guerra psicológica no início da década de 1960, diversas questões

podem ser colocadas às fontes selecionadas nesta pesquisa. Enquanto o discurso hegemônico vincula o fenômeno a regimes totalitários e destaca o movimento comunista internacional, quais discursos encontraríamos em veículos de esquerda? Adentrando à imprensa popular através do diário *Ultima Hora*, quais eventos eram descritos como ações de guerra psicológica? Quais instituições ou grupos promoveriam ações de guerra psicológica? De que forma as pressões de instituições e personalidades comprometidas com a desestabilização do governo João Goulart, que contava com o apoio do periódico, influenciaram a linha editorial? Apoiamo-nos em matérias do periódico publicadas entre 1961 e 1963 visando a responder tais perguntas e compreender o significado de guerra psicológica nas relações comunicacionais entre o jornal e seus leitores. Essa investigação objetiva auxiliar na compreensão de como as parcelas populares eram expostas ao conceito e como ele pode ser apresentado numa perspectiva mais ampla, evidenciando as cargas axiológicas e teleológicas em sua construção semântica. Complementando nossa análise da guerra psicológica como categoria nativa no discurso jornalístico pró-Goulart, cumpre-nos verificar também o grau de convergência entre as ações apresentadas pelo periódico e aquelas apresentadas na tese de René Armand Dreifuss (1981). Nosso interesse por um veículo de apoio a Goulart também deriva dos editoriais do *Correio da Manhã* apresentados por Villa (2014), que acusam de guerra psicológica o então presidente.

Nossos dados foram coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, através de busca por OCR pelo termo “guerra psicológica” ao longo da década de 1960. Nossa pré-amostra consistiu de 85 ocorrências do termo entre edições matutinas, vespertinas, únicas e extras, das edições cariocas e fluminenses do jornal entre os anos de 1961 e 1963. A partir da pré-amostra, ocorrências deslocadas (futebol, notícias internacionais, publicidade) foram excluídas para dar maior coesão à amostra quanto às definições de uma suposta guerra psicológica no Brasil, restando-nos 74 ocorrências. O recorte escolhido é de especial interesse por anteceder a inclusão do conceito no ordenamento jurídico nacional e o regime autoritário responsável por tais mudanças de ordenamento. As datas, as matérias e os endereços eletrônicos da amostra podem ser consultados na Tabela 1, para facilitar verificações, contraprovas e futuras pesquisas.

Tabela I – Datas, matérias e endereços eletrônicos da amostra

Data	Título ou subtítulo da matéria	Endereço eletrônico
06/09/1961	O Povo Soube Dizer “Não”	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/70780
22/09/1961	Inquérito Que os “Coronéis Fantasmas”...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/70967
03/10/1961	Acelere-se o “Dispositivo da Lei” a Nação Quer...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/75642
06/10/1961	Governador Carlos Lacerda Visto Pela Imprensa...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71143
09/10/1961	Miscelânea	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71179
13/11/1961	É Necessário Dizer “Basta” aos Provocadores!	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/71598
08/01/1962	Nos Porões da Guanabara o QG da “Gang”...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/80267
09/01/1962	RGS: MAC faz Guerra Psicológica	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/80298
19/01/1962	Govêrno Descobre Dirigentes do MAC	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/80462
20/01/1962	A Chantagem Anticomunista (Diário de Notícias)	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/80474
04/04/1962	CTB, Maquiavelismo e Nôvo Titular do DESP	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/81937
28/05/1962	Reage o Dispositivo Democrático Contra...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/82696
19/06/1962	Campanha	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/82995
21/06/1962	Universitários Vitoriosos: exibindo o “auto...”	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83024
05/07/1962	Crise: QG dos boateiros reedita idos de agosto	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83209
25/07/1962	Nosso Dever é Alertar em Tempo	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83424
04/09/1962	Hermes Lima: Sabotam Jango Para Afastá-lo	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83924
04/09/1962	“Degola” de Jango no Esquema Golpista	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83926

Data	Título ou subtítulo da matéria	Endereço eletrônico
10/09/1962	Contra a “Banda de Música” da UDN, Articula-se...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/83990
12/09/1962	Gen Osvino “Nada Conseguirão os Inimigos da...”	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/84024
13/09/1962	General Osvino (na Vila) Denuncia...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/84038
13/09/1962	Osvino: Chefe Democrata	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/84047
22/12/1962	QG do “MAC” tem Coronel	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/85938
22/12/1962	Serviço Secreto do Exército Desmantela Máquina...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/85941
28/12/1962	O Retrato de um Govêrno	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/80118
03/01/1963	Coronel Borges Assume Secretaria de Segurança	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86088
16/01/1963	A Polícia Como Ela é	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86392
19/01/1963	Comissário Suspenso “Protegia” o Bicho	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86482
30/01/1963	Osvino: “Não Há Guerra Psicológica que Divida...”	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86752
31/01/1963	O Mata-Mendigo na TV	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86781
02/02/1963	Mata-Mendigos Instalam QG do Silêncio na PM	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86845
04/02/1963	Ordem de Jango é Apurar Tudo	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86886
05/02/1963	PTB Pedirá Hoje CPI Para Devassa na Polícia...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86923
11/02/1963	Reconstituição	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87046
11/02/1963	Galeria dos Mata-Mendigos	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87054
18/02/1963	Coronel Borges Hoje na CPI: Salvar a Qualquer...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87218
12/03/1963	Cel Borges Zomba da cidade: culpa é dos...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87546
15/03/1963	Chega!	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87592
09/04/1963	Jango no Rio Para Enfrentar a Crise	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87934

Data	Título ou subtítulo da matéria	Endereço eletrônico
10/04/1963	Meras Coincidências, Crise & QG dos Boatos	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/87952
10/05/1963	Crise Militar: cortina de fumaça para perturbar...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88369
11/05/1963	General Krueel Desmente Boato: Nenhum...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88380
01/06/1963	Apesar de Lacerda a Guanabara Está Tranquila	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88668
01/06/1963	Publicidade e Subversão	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88670
07/06/1963	Miscelânea	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88758
17/06/1963	Ameaças “Gorilas”	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/88867
10/08/1963	Ficou no Gelo Entrevista Com o Secretário..	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89726
15/08/1963	Criminalistas vão à Justiça para Interpelar a...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89804
17/08/1963	Guerra Psicológica de Borges	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89832
20/08/1963	Governo mata-mendigo afasta carrascos para...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89884
18/09/1963	Deputado Propõe na Câmara Anistia Para os...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90363
19/09/1963	Guerra Psicológica	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90382
20/09/1963	Visita de Tito Pulveriza os Boatos da Conspiração	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90403
20/09/1963	“QG” dos Boatos e a Sala das Torturas	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90404
20/09/1963	Oficiais Reúnem-se Para Afastar PM do Contrôlo...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90416
21/09/1963	IBAD Grava Discurso de Tito no Congresso	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90421
23/09/1963	Exército Aperta o Cêrco Sôbre os Terroristas	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90437
23/09/1963	FPN Quer Acertar Relógios com Jair	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90439
25/09/1963	Os Golpistas Querem Atear Fogo no País	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90487
01/10/1963	O Carlos Comanda o Golpe da Direita	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90582
01/10/1963	A Reação da Oposição	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90583

Data	Título ou subtítulo da matéria	Endereço eletrônico
04/10/1963	Lacerda Voltou a Agredir os Ministros Militares	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90643
07/10/1963	E Agora?	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90670
07/10/1963	Jurema: Boato a Intervenção em Pernambuco	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90672
08/10/1963	Rumos Possíveis	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90700
10/10/1963	Miscelânea	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90741
11/10/1963	A UDN pretende um novo inquérito do Galeão	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90755
07/11/1963	Direita Reacende a Guerra Psicológica	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91171
18/11/1963	Orçamento Após Dia 30 é Inconstitucional	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91335
22/11/1963	Oposição Prepara o Terreno para "Impeachment"...	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91415
12/12/1963	Guerra Psicológica Substitui Golpe Fracassado	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91771
13/12/1963	Persistem Dúvidas na Morte do Agente Secreto	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91789
18/12/1963	Jurema Confirma Golpe	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91879
23/12/1963	Guerra Psicológica	http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91955

As primeiras ocorrências aludem à crise resultante da renúncia de Jânio Quadros, sendo importante contextualizar a turbulência política no estado da Guanabara, onde o jornal era sediado. Em 24 de agosto de 1961, o então governador do estado, Carlos Lacerda, denuncia à imprensa tentativas de ser aliciado pelo então ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, para participar de um suposto golpe de estado. O presidente entrega sua carta-renúncia ao Congresso Nacional no dia seguinte, possivelmente esperando manifestações populares pelo seu retorno (BENEVIDES, 1999; DREIFUSS, 1981; DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002; NAPOLITANO, 2014; TAVARES, 2012; VILLA, 2014).

De fato, ocorrem diversas manifestações populares: uma greve do Sindicato dos Ferroviários, aglomerações em frente à embaixada dos Estados Unidos na Guanabara, um manifesto de líderes sindicais em apoio aos ferroviários e convocando uma greve geral (que não veio a ocorrer), uma greve

de estudantes; e conseqüentemente a prisão de líderes sindicais, invasão de sindicatos e ocupação da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) por policiais militares. Todavia, a pauta dos atos não era o retorno de Jânio Quadros, mas, sim, a garantia de sua sucessão legal pelo vice-presidente João Goulart (DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). Para além da repressão de atos populares, o período é marcado pela censura aos meios de comunicação visando a barrar notícias que denunciasses o impedimento da posse de Goulart ou versassem sobre a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul, levada adiante por Leonel Brizola, governador do estado e cunhado de Goulart (DULLES, 2000; MARKUN; HAMILTON, 2011; MENDONÇA, 2002; TAVARES, 2012). Em controle dos meios de comunicação, o governo de Lacerda também tentou convencer a população local de que o Congresso decretara estado de sítio para facilitar a invasão de sindicatos e entidades estudantis (MENDONÇA, 2002), e o apoio e estímulo do governador às medidas repressivas temendo uma suposta ameaça comunista pode ser confirmado pelas cartas que remetera à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) (MELLO E SOUZA; COELHO, 2014).

O Congresso Nacional aprova o regime parlamentarista no dia 02 de setembro de 1961; e, em 07 de setembro, Goulart toma posse como presidente da República. O Brasil retornaria ao presidencialismo em janeiro de 1963, após decisão plebiscitária (MARKUN; HAMILTON, 2011; NAPOLITANO, 2014; VILLA, 2014).

As ocorrências do termo guerra psicológica com referência à crise da renúncia surgem no *Última Hora* apenas ao fim desse período. Inicialmente o jornal exalta a vitória popular em defesa da legalidade e contra a “guerra psicológica” dos últimos dias, sem definir seu conceito ou agenciamento (06/09/1961). O jornal também comenta sobre a prisão do Almirante Sílvio Heck e relembra seu apoio no veto a Goulart (03/10/1961), apresentando-o como porta-voz de desesperados das FFAA, manipulados por estrangeiros e técnicos em guerra psicológica. O *Última Hora* também reproduz uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 16 de setembro, que comenta sobre a retenção de telegramas enviados por jornais e jornalistas à ABI e à SIP, que pediam a exclusão de Lacerda dos quadros daquelas instituições (06/10/1961). A mesma matéria apresenta três grupos vinculados ao governador e que teriam atuado durante a crise política: um da Coordenação de Segurança, com atribuições desconhecidas do público; um de policiamento ostensivo; e um que teria transformado o DCT e o

CNT em supostos centros de guerra psicológica. Essa matéria, originada noutro veículo de imprensa, nos traz uma moldura institucional de como tal guerra psicológicas e operara.

Embora a literatura usualmente negligencie o DCT, o CNT (à exceção de MARKUN; HAMILTON, 2011), bem como a Comissão Técnica de Rádio (CTR, à exceção de OLIVEIRA, 1990), o uso instrumental do primeiro, sob a direção do Coronel Gustavo Borges⁶ é reiterado ao longo da amostra. Algumas matérias trazem pronunciamentos de representantes das FFAA contra o aparato guanabariniano de guerra psicológica, supostamente tutelado por Borges sob ordens de Lacerda, algo questionável quanto à veracidade e à legalidade, uma vez que o DCT era um órgão federal (12/09/1962; 13/09/1962). Outra matéria trata da nomeação do antigo assistente de Borges, Newton Marques Cruz, para a direção do Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP)⁷ (04/04/1962). Muitas matérias são apenas reminiscências quanto ao vínculo entre Borges e o DCT, uma vez que o militar pede exoneração da direção do órgão em setembro de 1961, mas a crise da renúncia de Jânio Quadros cria um estigma perene nas páginas do *Ultima Hora*, retomado quando de sua nomeação para a Secretaria de Segurança Pública da Guanabara (03/01/1963) e em outras oportunidades (16/01/1963; 19/01/1963; 20/09/1963; 23/09/1963).

A ocupação militar das telecomunicações não era novidade, ao exemplo da CTR que inicialmente tinha funções estritamente técnicas, de gestão e planejamento do uso das faixas do espectro de frequências radiofônicas. Na sua composição sempre predominaram militares, sendo subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Posteriormente, passou a se subordinar diretamente a Presidência da República. A CTR foi assunto no *Ultima Hora* em 04 de agosto de 1962, quando o jornal referiu-se à necessidade imperiosa de seu uso para impedir que estações de rádio e TV se excedessem em críticas e insultos às autoridades constituídas (OLIVEIRA, 1990). Ainda mais notável é o fato de fazer menção a um aspecto da guerra

6 Gustavo Eugenio de Oliveira Borges dirigiu o DCT entre fevereiro e setembro de 1961, quando pediu exoneração. Todavia, a aliança entre Borges e Lacerda antecede estes acontecimentos e pode ser verificada, pelo menos, desde 1954.

7 O Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP) deriva da transferência de serviços locais de Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) para o estado da Guanabara, conforme o Decreto nº 14, de 27 de maio de 1960, e em função da transferência da capital federal para Brasília (PEREIRA; REZNIK, 1996).

psicológica que é o uso da mídia para agitação com fins definidos contra a ordem pública.

Restringindo-nos aos anos de 1961 e 1962, diversas matérias relembram os “dispositivos”, “instrumentos” ou “QG” de guerra psicológica operacionalizados durante a crise de 1961, sem muitos detalhes (13/11/1961; 28/05/1962; 19/06/1962; 04/09/1962). Outras nos apresentam uma complexa malha interinstitucional coordenada que, em última instância, obedeceria a Lacerda. As ilações do jornal não surpreendem, haja vista o longo histórico de desavenças entre o periódico e o governador, perpassando episódios como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar empréstimos ilícitos para que Samuel Wainer fundasse o *Última Hora*, a charge de Lanfranco Vaselli que populariza a alcunha “O Côrvo”, e a crise política que culmina no suicídio de Vargas (LAURENZA, 1998; DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002). Para além do DCT, também integrariam o aparato de guerra psicológica instituições como o Clube da Lanterna (22/09/1961; 08/01/1962; 04/04/1962), o Movimento Anticomunista (MAC) (08/01/1962; 09/01/1962; 19/01/1962; 20/01/1962; 25/07/1962 etc.), a União Democrática Nacional (UDN) (04/09/1962) e o IBAD (20/01/1962; 25/07/1962; 04/09/1962; 10/09/1962).

O Clube da Lanterna foi uma organização civil criada em agosto de 1953, liderada pelo jornalista Fidélis dos Santos Amaral Neto. O clube contava com parlamentares e opositores de Vargas, majoritariamente ligados a Lacerda, que sempre negou ter participado de sua fundação. Todavia, Mendonça (2002) enfatiza como indícios de participação: o amplo destaque que o jornal *Tribuna da Imprensa*⁸ deu ao clube quando da sua fundação; a utilização do símbolo adotado pelo jornal sem que houvesse qualquer retratação contra uma apropriação indevida; e o estilo do texto-manifesto do clube, similar aos escritos por Lacerda.

O MAC foi um grupo armado criado em 1961 (CHIRIO, 2012), responsável por atentados terroristas a bomba, pichações e por metralhar a sede da UNE em 1962, mesmo ano em que teriam implantado bombas na Exposição Soviética, em São Cristóvão. Lacerda teria auxiliado a polícia

8 *Tribuna da Imprensa* foi fundado por Carlos Lacerda em 1949. Ao assumir o governo da Guanabara, em dezembro de 1960, a direção do jornal foi passada para seu filho, Sérgio Lacerda. Em fins de 1961, o jornal foi vendido para Manuel Francisco do Nascimento Brito. Em dezembro de 1962, o jornal foi novamente vendido para Hélio Fernandes. Todavia, o jornal continuava alinhado a Lacerda, que ainda escrevia artigos também sob o pseudônimo de Júlio Tavares (DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002).

a retirar o público do local; Marques Cruz e o Ministério da Aeronáutica teriam conduzido um inquérito que implicou um major do Exército e encontrou granadas junto a uma lancha que conduziria diplomatas soviéticos num passeio (DULLES, 2000). Na contramão, Lacerda é acusado pelo *Ultima Hora* como “mandante” do MAC a partir de uma pichação na sede da UNE (08/02/1962). Entre o comentário apologético e a acusação negligente, talvez seja mais adequado pontuar que o MAC contou com uma tolerância do governo Lacerda que contrasta com a cruenta repressão política autorizada pelo governador em agosto de 1961.

A UDN foi um partido político fundado em 1945 que congregava candidatos com perfis, pautas e estratégias heterogêneas, *grosso modo* unidos pela oposição a Vargas, ao trabalhismo e ao comunismo. Em vista da heterogeneidade, Benevides (1981) e Chaloub (2013) defendem a tese de várias UDNs dentro do mesmo partido, mas que comungariam de certo perfil elitista, moralista, bacharelesco, com uma visão policial da política e sem muitos pudores para certo golpismo instrumental. Lacerda era uma figura de destaque no partido e principal referência para remeter ao golpismo instrumental, podendo-se falar inclusive de um *udenismo conflitivo* como sinônimo de *lacerdismo* (CHALOUB, 2013). É importante pontuar o forte vínculo e certa congruência ideológica entre a UDN e a ESG no início da década de 1960, sendo o deputado federal udenista Bilac Pinto uma figura de destaque na divulgação da teoria da guerra revolucionária para amplos setores civis (BENEVIDES, 1981).

Enquanto ruído sobre um entendimento mais ou menos coeso de guerra psicológica, sucedendo-se à nomeação de Gustavo Borges para a Secretaria de Segurança Pública, no início de 1963 vem à tona a “Operação mata-mendigos”, um conjunto de chacinas de pessoas em situação de rua nos rios Guandu e da Guarda por agentes do Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) da Guanabara (ANTONIO, 2019; DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). A subordinação do SRM ao DESP e à Secretaria de Segurança Pública (perpassando figuras como Marques Cruz, Borges e, em última instância, Lacerda) resulta em diversas referências à guerra psicológica durante a cobertura do caso e seus desdobramentos, sendo, na maioria das vezes, uma forma de desqualificar Borges (31/01/1963; 02/02/1963; 05/02/1963; 11/02/1963; 18/02/1963). Entre as ocorrências de uma suposta guerra psicológica operada durante as investigações do caso, o periódico elenca o incêndio em uma boate como manobra de desvio da opinião pública (04/02/1963) e uma suposta cortina de silêncio

imposta à imprensa quanto aos inquéritos administrativos (11/02/1963). Em 1965, o caso é rememorado como uma guerra psicológica por Pôrto Sobrinho e pelo *Última Hora*: para Pôrto Sobrinho (1965), o caso se resume a uma campanha difamatória do periódico contra Lacerda; para o *Última Hora*, a guerra psicológica consistiu em medidas administrativas, rápidas prisões preventivas dos implicados e uso ostensivo dos meios de comunicação para propagar a suposta inocência e prontidão do governador em intervir sobre o caso (ANTONIO, 2019).

A partir de julho de 1963, o inquérito parlamentar sobre a “Operação mata-mendigos” se debruça sobre torturas e desaparecimento de pessoas na Invernada de Olaria e outros estabelecimentos policiais da Guanabara (ANTONIO, 2019). Nesse contexto, o jornal apresenta como guerra psicológica o uso da Polícia Política e da Invernada de Olaria na repressão e dissuasão de movimentos populares, sindicais e estudantis (15/08/1963; 20/08/1963), trazendo uma definição compatível com os desdobramentos da renúncia de Jânio Quadros, quando a Invernada de Olaria e o Comissariado do Alto da Boa Vista receberam diversos presos políticos, capturados durante manifestações pela posse de Goulart. Em 1963, persistem referências à crise de 1961 como uma guerra psicológica (18/09/1963; 19/09/1963; 20/09/1963; 23/09/1963; 12/12/1963; 23/12/1963) e a Borges como seu técnico (12/03/1963; 01/06/1963; 10/08/1963; 18/09/1963; 20/09/1963; 23/09/1963).

Entre as ocorrências, também encontramos boatos sobre uma crise militar em abril e um memorial de oficiais contra Goulart, algo desmentido pelo Ministro da Guerra, General Amaury Kruehl (09/04/1963; 10/04/1963; 10/05/1963; 11/05/1963; 23/09/1963).

Em relação aos anos anteriores, mantém-se o entendimento da guerra psicológica como conjunto de ações mais ou menos coordenadas de propaganda, desinformação e dissuasão. Todavia, a malha interinstitucional é ampliada. Dentro da dinâmica partidária, a UDN busca alianças com o Partido Social Democrático (PSD) (01/10/1963) e com o Partido Social Progressista (PSP) (22/11/1963). Encontramos também a primeira menção ao IPES (01/10/1963). Menções ao IBAD excedem os quadros oficiais do órgão e de sua subsidiária, a Ação Democrática Popular (ADEP), passando a incluir também o Comitê Nacional de Defesa da Democracia (21/09/1963) e o Grupo de Ação Patriótica (GAP) (23/09/1963). A atuação de governos estaduais excede o governo guanabarinense e passa a incluir também o governo paulista, de Ademar de Barros (PSP) (19/09/1963;

20/09/1963; 01/10/1963; 04/10/1963; 07/10/1963; 22/11/1963). Permanecem menções ao Clube da Lanterna (01/06/1963; 20/09/1963) e ao MAC (09/04/1963; 01/06/1963; 23/09/1963).

As técnicas perpassam censura, repressão política, atentados terroristas, medidas político-administrativas (decretação de feriados, portarias, bloqueio de vias, exoneração de servidores) e a produção de boatos. A circulação dos boatos se daria através de rádios estatais, privadas e clandestinas; televisão; jornais; e telefonemas, também usados para ameaças. As finalidades mantêm-se coerentes ao longo da amostra, consistindo em disseminar o pânico, dividir as FFAA e, em última instância, opor João Goulart. É interessante notar como ações deslocadas e subsidiárias à guerra psicológica propriamente dita (censura, repressão política, atentados terroristas) se incorporam ao conceito em 1963, permitindo-nos sustentar que o jornal paulatinamente constrói sua própria definição do conceito a partir das ações observadas, denunciadas ou sofridas, mesmo sem ter plena consciência delas.

A Tabela 2 traz uma sistematização dos diversos aspectos que, conforme o *Ultima Hora*, caracterizam supostas ações diretas (+) ou indiretas (-) de guerra psicológica⁹. Apresentada essa percepção do *Ultima Hora* sobre a guerra psicológica no Brasil no período analisado, cabe-nos avaliar seu grau de convergência ou divergência com o que traz Dreifuss (1981) em seu seminal trabalho que voltou os olhos da historiografia para as articulações civis às vésperas do golpe civil-militar de 1964. Esse movimento não busca aprofundar críticas ao jornalismo do *Ultima Hora* ou ao trabalho do cientista político, mas tão somente evidenciar possíveis condicionantes na massa documental analisada que podem ter se perenizado na produção posterior ou informações negligenciadas que podem complementar nossa compreensão sobre o período.

9 Consideramos ações diretas (+) aquelas categorizadas pelo jornal como de guerra psicológica. Consideramos ações indiretas (-) aquelas subsidiárias à guerra psicológica quando esta é mencionada.

Tabela 2 – Instituições, técnicas, meios de comunicação e fins da suposta guerra psicológica

	Instituições				Técnicas							Meios			Fins									
	UDN	IPES	IBAD	MAC	Clube da Lanterna	DCT	CNT	Gov. de São Paulo	Gov. da Guanabara	Repressão Política	Censura	Boatos	Ações político-administrativas	Atentados	Rádios estatais	Rádios privadas	Rádios clandestinas	Telefones	Cartas / Telegramas	Televisão	Jornais	Dividir as FFAA	Criar Pânico	Opor Coullar
06/09/61																								
22/09/61					+			+				+						+	+		+			+
03/10/61																								
06/10/61						+	+	+		-	-													
09/10/61												+												
13/11/61								+		-	+													
08/01/62				+	+			+						+										
09/01/62				+							+			+										
19/01/62				+										+										
20/01/62			+	+						-		+						-						
04/04/62					+	+						+												
28/05/62												+		-									+	+
19/06/62												+									+			
21/06/62										-			+											
05/07/62								+				+			+							+		
25/07/62			+	+				+				+		+						+			+	
04/09/62								+				+												+
04/09/62			+	-				+			+		-		+						+	+	+	+
10/09/62	+		+										-											
12/09/62												+										+	+	
13/09/62												+										+	+	
13/09/62																							+	
22/12/62				+																				
22/12/62				+	+	+		+	+															
28/12/62								+		-														
03/01/63						+						+												+
16/01/63								+		+	+													+
19/01/63																								
30/01/63																							+	
31/01/63																								
02/02/63											+													
04/02/63														+										
05/02/63								+		+														
11/02/63								+		+														
11/02/63																								
18/02/63								+				+												
12/03/63																				+				
15/03/63								+																

	Instituições					Técnicas						Meios						Fins							
	UDN	IPES	IBAD	MAC	Clube da Lanterna	DCT	CNT	Gov. de São Paulo	Gov. da Guanabara	Repressão Política	Censura	Boatos	Ações político-administrativas	Atentados	Rádios estatais	Rádios privadas	Rádios clandestinas	Telefones	Cartas / Telegramas	Televisão	Jornais	Dividir as FFAA	Criar Pânico	Opor Goulart	
09/04/63																								+	
10/04/63	+			+				+				+									+				
10/05/63																			+						
11/05/63												+												+	
01/06/63								+					+												+
01/06/63	+		+	+	+			+							+								+		
07/06/63	+																								+
17/06/63												+													
10/08/63																				+		+			
15/08/63								+	+																
17/08/63								+					+												
20/08/63								+	+				+												
18/09/63												+					+	+					+		+
19/09/63			+					+	+								+	+							+
20/09/63								+	+																+
20/09/63			+		+			+									+	+							+
20/09/63								+																	
21/09/63			+																						+
23/09/63			+	+																					+
23/09/63																									+
25/09/63													+				+	+							+
01/10/63		+	+					+																	+
01/10/63	+																								+
04/10/63								+	+															+	+
07/10/63			+					+	+																+
07/10/63												+												+	+
08/10/63																									+
10/10/63																									+
11/10/63	+																								+
07/11/63	+												+												+
18/11/63																									
22/11/63	+							+	+																+
12/12/63																									+
13/12/63																									+
18/12/63																									+
23/12/63													+												+
Total	8	1	11	11	6	4	1	5	29	6	7	33	6	7	1	2	5	6	2	6	16	9	15	13	

Conforme brevemente abordado, para Dreifuss (1981), às vésperas do golpe civil-militar de 1964, a assim chamada elite orgânica do complexo IPES/IBAD empregou uma série de atividades ideológicas de doutrinação geral e específica coordenadas com campanhas de doutrinação *ad-hoc* para determinados setores, como o Congresso Nacional e os sindicatos. De especial interesse para confrontação com nossa amostra são as atividades de doutrinação geral, que visavam a fortalecer ideais tradicionais perante posições-chave no aparelho do Estado e amplo público ao mesmo tempo em que enfraqueciam a crença do público-alvo no reformismo. As mensagens ostensivamente veiculadas pautavam-se em quadros antitéticos com o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e o populismo no polo negativo e a prosperidade, a democracia, a livre-iniciativa e o capital estrangeiro no polo positivo. Os meios eram variados visando à maior difusão e ao maior alcance possíveis.

Dreifuss (1981) elenca o relacionamento especial do complexo IPES/IBAD com os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand; o *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, do *Grupo Mesquita*; a *Folha de São Paulo*, de Octavio Frias; *TV Record*; *TV Paulista*; *Jornal do Brasil*; *Correio do Povo*; as *Organizações Globo* de Roberto Marinho; *Tribuna da Imprensa*; *Notícias Populares*; entre outros. Distribuídas diretamente pelo complexo IPES/IBAD, somam-se ainda as revistas *Cadernos Brasileiros*, *Convivium*, *Síntese*, *Repórter Sindical*, *Ação Democrática*, e um *Levantamento da infiltração comunista na imprensa* que circulava entre um grupo seletivo de formadores de opinião. Para além desses veículos ou organizações de mídia irradiada, a *Promotion S.A.*¹⁰ alugava editoriais de vespertinos cariocas. Adicione-se ainda o financiamento, a aquisição e a distribuição massiva de livros e panfletos que garantia aos editores uma venda inicial mínima para as publicações convenientes aos ideais ipesianos.

Cartuns e charges seriam introjetados em veículos como *O Dia*, *Luta Democrática*, *Última Hora* e *O Globo* sob a rubrica *Diálogo Democrático*. Todavia, uma busca ampla pelos acervos de *Luta Democrática* e *Última*

¹⁰ Conforme Oliveira (2018), a S.A. Incrementadora Promotion seria uma empresa fantasma, uma vez que não detinha cadastro na Associação Brasileira de Publicidade (ABP).

Hora não nos apresenta qualquer resultado¹¹. Ainda quanto à instrumentalização das imagens, o IPES produziu filmes difundidos em salas de cinema e infraestruturas próprias, móveis, transportadas e montadas nas favelas, nas fábricas e no interior dos estados. Por vezes, também se transmitiam para grupos específicos como o Lyons Club, a Escola de Polícia de São Paulo e dentro de universidades através dos grêmios estudantis. Jean Manzon teria realizado alguns filmes para a instituição e ajudado a divulgá-los (DREIFUSS, 1981).

Recorrendo-se à televisão, o IPES teria produzido programas para canais distintos com entrevistas previamente calculadas que deveriam ter, como denominador comum, sua visão específica de democracia. Em meados de 1962 e com vistas às eleições legislativas daquele ano, foi montado um Encontro de Democratas com a Nação e definiram-se 14 sessões semanais de 30 minutos, em rede nacional de televisão, em que jornalistas conduziram debates acessíveis ao público sobre temas de interesse do IPES. Somam-se ainda o patrocínio de séries e apresentações individuais na *TV Cultura*, *TV Tupi* e *TV 4* de São Paulo. De julho a setembro de 1962, a *Promotion S.A.* teria patrocinado programas em 13 estações de televisão, usualmente retransmitidos por emissoras de rádio, algo importante frente ao grande número de analfabetos inacessíveis pela escrita ou pelo alto custo dos televisores. Também no rádio abundaram programas propagandísticos capilarizados numa assim chamada *Cadeia de Democracia*, organizada por João Calmon dos *Diários Associados*, congregando mais de 100 estações que entravam no ar concorrencialmente às transmissões de Leonel Brizola (DREIFUSS, 1981). Diante do *modus operandi*, nota-se a intencionalidade do nome em rivalizar à *Cadeia da Legalidade* iniciada por Brizola e que desmobilizou as tentativas de barrar a posse de Goulart em 1961 (MARKUN; HAMILTON, 2011; TAVARES, 2012). Como já mencionado, esse aparelhamento e a coordenação de uma série de pessoas e instituições para a ampla difusão propagandística contra o reformismo, equiparado ao comunismo e, em última instância, representado por Goulart, seria o polo oposto do breve levantamento rascunhado por Antonio Pôrto

11 Vieira (2016) indica ao menos duas publicações no Jornal do Brasil, mas sob a rubrica Diálogos Democráticos e sob a estrutura de fotonovelas, não de cartuns.

Sobrinho (1965), o que parece confirmar uma guerra psicológica propriamente dita no período, com dois lados aparentemente organizados e mutuamente reconhecíveis.

Se compararmos ao cenário esboçado pelo *Última Hora*, notamos a adição de algumas questões alheias ao conceito, mas não necessariamente negligenciadas por Dreifuss (1981). Veja-se que a baixa ênfase dada ao IPES pelo jornal, em contraste com aquela do cientista político, é explicada pela ação mais ostensiva do IBAD e certo acobertamento deliberado da rubrica IPES, que inclusive serviu para desvincular as instituições durante a CPI do IBAD e garantir a continuidade da unidade estratégica mesmo quando a tática teve de ser extinta. Também o uso instrumental de governos, partidos, do Clube da Lanterna e do MAC são abordados pelo cientista político em outros momentos de seu livro.

Quanto ao MAC, observa-se certa divergência entre as narrativas abordadas. Diferentemente de Dreifuss (1981), o *Última Hora* busca vinculá-lo a Lacerda (diretamente em 08/01/1962; indiretamente em 22/12/1962; 10/04/1963; 01/06/1963). As ilações não surpreendem em vista do longo histórico de conflitos entre o *Última Hora* e Lacerda, cabendo-nos observar que mudanças na linha editorial decorrentes das pressões contra Goulart, caso existentes, se deram tão somente na intensidade e frequência de suas ofensivas, mas não nas formas de enquadramento dos assuntos ou direcionamento de (contra-)ataques.

Atualizando as contribuições de Dreifuss (1981), Oliveira (2018) apresenta um lado mais violento das ações difusas e coordenadas empreendidas pela malha interinstitucional que cercava o complexo IPES/IBAD. Tendo a morte não esclarecida do jornalista e militar José Nogueira como foco de interesse, o autor evidencia o papel de grupos paramilitares como o MAC na dissuasão violenta de informação adversa, sobretudo ao cruzar documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), denúncias de José Nogueira e depoimentos prestados à CPI do IBAD. A figura emblemática de Joaquim Miguel Vieira Ferreira, vulgo “Joaquim Metralha”, vincula a

elaboração de documentos falsos (como a Carta Brandi¹²), agitações sociais e atentados terroristas difusos para desviar a atenção das autoridades públicas e permitir a continuidade das ações coordenadas de desestabilização de bases, enfatizando esse escopo de instituições e ações agenciadas ou subsidiárias ao complexo IPES/IBAD e aproximando a tese de Dreifuss (1981) à nossa amostra.

O nome de Gustavo Borges e o uso instrumental do DCT são praticamente ignorados por Dreifuss, talvez pela diluição da crise de 1961 num contexto mais amplo de formação e estabelecimento de uma elite orgânica empresarial e sua conquista da opinião pública e do Estado. Essa diluição também pode explicar certa negligência das medidas repressão política e censura militar, tão enfáticas na Guanabara durante a crise da renúncia de Jânio Quadros. Semelhantemente, a ênfase sobre Lacerda nas páginas do jornal contrasta com o destaque relativamente baixo dado ao personagem na tese de Dreifuss, mas a questão é facilmente explicável pelos contextos de produção dos materiais e seus objetivos.

Cabe-nos pontuar que a amostra do *Ultima Hora* não negligencia os vínculos internacionais ou o financiamento das ações, eventualmente por uma elite empresarial ou pelo capital estrangeiro (19/01/1962; 04/09/1962; 22/09/1962). Pontuamos também que a participação e o engajamento das FFAA é apresentada como parcial (os “transviados” ou “golpistas”), em oposição ao engajamento de outras instituições (22/09/1961; 22/12/1962).

Os pontos de congruência e divergência entre nossa amostra e a tese de Dreifuss (1981) abrem flanco para alguns questionamentos. Preservando-se o apreço ao cientista político, podemos questionar até onde o *Ultima Hora* tinha ciência do aparelhamento e das movimentações de guerra psicológica travadas pelo IPES, ainda que não reconhecesse o instituto como centro de interesse, e sim seu antigo desafeto Carlos Lacerda. Preservando-se o apreço ao jornal, poderíamos questionar até onde essa tipologia de

12 Carta falsa, apócrifa, supostamente enviada pelo deputado argentino Antônio Jesús Brandi a João Goulart em 1955, na qual se ventilava a possibilidade de instalação de uma república sindicalista no Brasil. A carta foi ostensivamente divulgada por Lacerda. Um inquérito policial-militar atestou a fraude e levou à prisão de Francisco Malfussi e Jorge Mestre Cordero (OLIVEIRA, 2018).

fontes guiou e condicionou Dreifuss em sua extensiva pesquisa. Para o segundo questionamento, cabe-nos observar que outros periódicos foram mais explícitos ao sistematizar sua interpretação das disputas políticas, ao exemplo de *Luta Democrática* (1962) com sua *Cartilha para o esclarecimento do povo brasileiro* em abril de 1962, que inclui um organograma de como elites econômicas internacionais interfeririam na política nacional, tendo como centro de interesse o programa “Aliança para o Progresso”¹³.

Também há divergências e convergências entre os fins almejados. Os conteúdos e as mensagens produzidos pelo complexo IPES/IBAD e apresentados por Dreifuss (1981) são ambivalentes, simultaneamente opondo-se à polarização política e vociferando contra o comunismo, o que parece conflitar parcialmente com a finalidade de “criar pânico” tão advogada pelo *Última Hora*. Essa dissonância pode ser explicada pela ênfase do periódico sobre a oposição colérica de Lacerda, mantendo-se a memória da cruenta repressão policial em agosto de 1961. Convergentemente, a oposição a Goulart e ao trabalhismo é um *telos* comum amplamente abordado nas duas narrativas. Essa oposição é particularmente enfática em outubro de 1963, quando um grupo de oficiais da divisão aeroterrestre de paraquedistas do exército, liderados pelo Tenente-Coronel Abelardo Mafra, tenta capturar Lacerda no Hospital Miguel Couto, na Guanabara; sem sucesso (DULLES, 2000). Na narrativa construída pelo jornal, tudo seria apenas uma simulação de operação militar (10/10/1963) que a UDN tentou transformar numa releitura oportuna do atentado da rua Tonelero¹⁴ (10/10/1963; 11/10/1963), propondo uma CPI que culminasse no *impeachment* de Goulart (11/10/1963; 07/11/1963; 22/11/1963). Para o *Última Hora*, essa suposta operação de guerra psicológica permite até mesmo a publicidade do livro de Paul Linebarger, traduzido por um ipesiano (10/10/1963).

13 Uma análise ampla dos processos de desestabilização política contra João Goulart a partir do programa “Aliança para o Progresso” foi objeto de publicação recente (LOUREIRO, 2020).

14 O atentado da rua Tonelero ocorreu em agosto de 1954. Lacerda foi ferido a bala e o Major da Aeronáutica Rubens Vaz, responsável pela segurança de Lacerda naquele dia, veio a óbito. As investigações ligaram os perpetradores do atentado à guarda pessoal do então presidente Getúlio Vargas. Os desdobramentos do caso inflamaram a crise política já existente, resultando no suicídio de Vargas (DULLES, 1992; MENDONÇA, 2002).

A continuidade entre a crise da renúncia de Jânio Quadros e os anos seguintes nas páginas do jornal, enfatizando a censura e a repressão na Guanabara, merecem destaque se comparadas à narrativa de Dreifuss, sobretudo devido a um breve fragmento da biografia de Lacerda, escrita por Dulles (2000, p. 60).

Segundo Lacerda, foi o coronel Golbery do Couto e Silva, secretário-geral do Conselho Nacional de Segurança, que pediu ao secretário de Segurança da Guanabara, general Sisenio Sarmento, que instaurasse a censura no estado. Lacerda estava de acordo, pois considerava a censura “absolutamente indispensável”. Para evitar que fossem divulgadas notícias que pudessem “pôr em perigo a ordem pública”, soldados do Exército e da Polícia Militar exerceram uma “censura rigorosa” do rádio e da televisão. Agiram com igual rigor na censura da imprensa carioca [...].

Veja-se que a ideia para tais medidas parte exatamente da figura por trás do IPES. Dessa forma, talvez seja mais proveitoso tratar ambas as narrativas como complementares, cruzando-as e retificando-as quando necessário. Embora bem aceita na literatura (ALVES, 1985; CHIRIO, 2012; FICO, 2008; NAPOLITANO, 2014), a amplitude da tese de Dreifuss (1981) facilita interpretações hiperagenciadas e hiperconsequentes ao borrar os limites entre um assalto à opinião pública e os resultados nem sempre almejados de ações difusas que, de alguma forma, estivessem unidas por alguns contatos pessoais ou institucionais (BENEVIDES, 2003). Semelhantemente à distinção advogada por Carlos Fico (2008) entre a “campanha de desestabilização” e a “conspiração” propriamente dita, é importante não perdermos de vista a variabilidade das motivações e do envolvimento de agentes em diversas etapas do processo que culminou no golpe civil-militar de 1964, sobretudo quando algumas narrativas podem mostrar-se motivadas a construir certos envolvimento. Logo, os pontos de difusão e as tentativas frustradas trazidas na narrativa diária dos jornais da época podem auxiliar na atenuação dessas interpretações.

4. Considerações finais

Entre 1961 e 1963, o *Ultima Hora* constrói seu conceito de guerra psicológica como conjunto de ações mais ou menos coordenadas (uma vez que coexistem ações difusas ou incrementais) de propaganda, desinformação e

dissuasão (inclusive mediante ameaça ou violência), agenciadas por um complexo de instituições dentro e fora do governo da Guanabara (centro de interesse). Essa guerra com diversas estratégias simultâneas e complementares visaria estabelecer um quadro antitético entre Carlos Lacerda e João Goulart, levando à desestabilização política deste também através da divisão das FFAA e da divulgação de um cenário de caos social e econômico. Como nota-se, as variadas técnicas orbitam a questão informacional visando à persuasão das massas, sendo a violência também uma forma de informar ou interromper o fluxo informacional adverso.

Todavia, como o jornal apresenta quadros parciais e nem sempre contínuos, é difícil falar de uma guerra psicológica, sendo mais prudente pensarmos num conjunto de ações de guerra psicológica promovidas por agentes de guerra psicológica. Ao apresentar um lado organizado e outro difuso, o jornal atenua uma leitura hiperconsequente e hiperagenciada dos acontecimentos, que nem sempre se coordenam harmonicamente e nem sempre atingem seus supostos objetivos.

A imprecisão notada nas páginas do *Última Hora* não conflita com as definições mais formais do termo, que introjetam a violência aberta como medida operacional de apoio à propaganda, dissuasão de propaganda adversa ou mesclam as atividades militares, civis e paramilitares no contexto mais amplo de guerra revolucionária, da qual a guerra psicológica seria um subfenômeno. Dessa forma, o conceito nativo observado no *Última Hora* é convergente com o de Linebarger (1962) ao congregar medidas operacionais para sustentar um padrão específico de propaganda visado por seus agenciadores.

Enquanto veículo de imprensa com claro posicionamento político, o *Última Hora* é enfático em subjetivar as demandas, sobretudo numa polarização que opunha um afeto e um desafeto do jornal. Dessa forma, não constam interpretações mais objetivadas de ações que visariam, como talvez seus agenciadores descrevessem, “combater a ameaça comunista”. Esse claro posicionamento político torna frequentes e enfáticas as cargas axiológicas e teleológicas apontadas por Linebarger (1962) na construção semântica do conceito, ao situar como ações de guerra psicológica apenas

aquelas tomadas contra seus afetos, acusando abertamente seus desafetos como agenciadores dessa suposta guerra.

Ademais, a amostra permite estabelecer certo paralelismo entre as narrativas construídas pelo *Ultima Hora* e por Dreifuss (1981), passando pelas recentes contribuições de Oliveira (2018). Pode-se sustentar que a equipe do jornal mantinha um conhecimento parcial da guerra psicológica travada pelas elites empresariais contra o reformismo às vésperas do golpe civil-militar de 1964, muito embora direcionada para determinadas ações, instituições e um local específico: a Guanabara. Na contramão, a amostra analisada abre questionamentos sobre como esse tipo de produção jornalística pode ter condicionado ou direcionado a historiografia, uma vez que narrativas similares também se apresentam em outros jornais de esquerda da época. Dessa forma, as considerações aqui tecidas sobre a percepção de um cenário de guerra psicológica em fontes sincrônicas podem complementar e ser complementadas por trabalhos como os de Dreifuss (1981) e Oliveira (2018).

Referências

- ALVES, M. H. M. **State and Opposition in Military Brazil**. Austin: University of Texas, 1985.
- ANTONIO, M. D. A “Operação mata-mendigos” e o jornal *Ultima Hora* (Rio de Janeiro, 1961-1969). **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 85-105, 2019. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/203/209>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- ARRUDA, A. **A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina**. 2. ed. ampl. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.
- BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, M. V. M. **O governo Jânio Quadros**. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BENEVIDES, M. V. M. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss). **Lua Nova**, n. 58, p. 255-262, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a12n58.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0314.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.** Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

CHALOUB, J. Dois Liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o Consenso e o Conflito. **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 7, p. 294-311, 2013. Disponível em: http://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38670/22173. Acesso em: 23 fev. 2020.

CHIPIO, M. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORREIO DA MANHÃ. LEI DE SEGURANÇA VETA OPOSIÇÃO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/80494. Acesso em: 6 jun. 2020.

DREIFUSS, R. A. **1964:** a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Vários tradutores. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda.** A vida de um lutador. 3. ed. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 1.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda.** A vida de um lutador. Tradução de Daphne F. Rodger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

FICO, C. **O grande irmão:** da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAURENZA, A. M. A. **Lacerda x Wainer:** O Corvo e o Bessarabiano. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

LINEBARGER, P. M. A. **Psychological Warfare.** Washington: Infantry Journal Press, 1948.

LINEBARGER, P. M. A. **Guerra Psicológica.** Tradução de Major Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

LOUREIRO, F. P. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964):** ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LUTA DEMOCRÁTICA. Cartilha para o esclarecimento do povo brasileiro. Rio de Janeiro, 1-2 abr. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/21633>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MARKUN, P.; HAMILTON, D. **1961**: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004>. Acesso em: 4 mai. 2020.

MELLO E SOUZA, C.; COELHO, E. (org.). **Carlos Lacerda/cartas 1933-1976**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2014.

MENDONÇA, M. G. **O demolidor de presidentes**. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, D. **Estado e mercado na radiodifusão**. 1990. 405 f. Campinas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/18099?guid=1648899694445>. Acesso em: 2 abr. 2022.

OLIVEIRA, E. R. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. 1976. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47971?guid=1648900694828>. Acesso em: 2 abr. 2022.

OLIVEIRA, R. A. N. **O “caso José Nogueira”**: silenciamentos e autoritarismos no pré-1964 e na redemocratização. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/25982>. Acesso em: 8 jul. 2020.

PEDROSO, R. C. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PEREIRA, M. G.; REZNIK, L. De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS evolução administrativa – 1955 a 1983. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **DOPS**: a lógica da desconfiança, Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1996. p. 42-45.

PÔRTO SOBRINHO, A. **A Guerra Psicológica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura, 1965.

TAVARES, F. **1961**: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2012.

VIEIRA, F. O. **O discurso anticomunista nos Boletins Mensais do Ipês entre 1963 e 1966**. 2016. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46237>. Acesso em: 6 mai. 2020.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira – 1964-1985**: A democracia golpeada à esquerda e à direita. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

Recebido em 29/08/2020
Aceito em 30/11/2021
Versão final em 02/04/2022

Psychological Warfare: the concept on the newspaper *Ultima Hora* (1961-1963)

Abstract

The concept of psychological warfare appears in the Brazilian legal order in the second half of the 1960s, within the National Security Laws. The knowledge about how the concept was understood in previous moments remains foggy, but some ways of understanding it can be found in the press. We undertook an empirical study of 74 articles from the newspaper *Ultima Hora*, published between 1961 and 1963, to understand what the newspaper defined as psychological warfare to its readership and if the actions of the individuals and institutions involved in the overthrow of the president João Goulart (1961-1964) were understood as such. The analysis reveals a concept consistent with the specialized literature, but in contrast to the recurrent association with the international communist movement and referring to Goulart's opponents. Aware of the political position of the newspaper, we make explicit the axiological and teleological loads in the semantic construction of the concept and we analyze its convergence with the thesis of René Armand Dreifuss.

Keywords: Psychological Warfare; *Ultima Hora*; journalism.